



**PROJETO DE LEI Nº 0082-15, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.**

*Autoriza a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público de Médico Clínico Geral ESF e Fonoaudiólogo.*

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os cargos a seguir descritos:

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Vencimento Mensal</b>	<b>Carga Horária</b>
Médico Clínico Geral ESF	01	R\$ 11.627,02	40 horas semanais
Fonoaudiólogo	01	R\$ 1.588,15	20 horas semanais

**Art. 2º** O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, devido à excepcionalidade da contratação, por tempo determinado.

**Art. 3º** Durante a contratação, ficam assegurados todos os direitos elencados na Lei Municipal nº 1.751, de 8 de agosto de 1990.

**Art. 4º** As contratações serão realizadas através de processo seletivo público simplificado.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2015.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 0082-15, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.**

**J U S T I F I C A T I V A**

Estamos encaminhando a Vs. Sas. o presente projeto de lei, a fim de buscar autorização legislativa para a contratação temporária, por motivo de excepcional interesse público, de 01 (um) médico clínico geral - ESF, e de 01(um) fonoaudiólogo, com a finalidade de manutenção dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Justifica-se o pedido em razão da necessidade de atuação de um médico clínico geral junto às unidades básicas de saúde, considerada a responsabilidade do município de manter a rede básica de saúde em funcionamento garantindo, através desse profissional, o acesso da comunidade ao tratamento necessário e respondendo, assim, mediante assistência, às necessidades da população.

De igual modo, a contratação de um fonoaudiólogo se faz necessária, em razão da grande demanda de serviços, sendo que a interrupção dos mesmos prejudicará diretamente a comunidade local.

O art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação, pela Administração, por tempo determinado para atender excepcional interesse público, fato que, se devidamente autorizado, reverterá em benefícios para todos os munícipes.

Informamos que a Secretaria da Administração já abriu processo administrativo, visando a contratação de empresa para a elaboração de concurso público municipal, sob nº 157167/2015, no qual pretender suprir tal necessidade.

Estas as razões que justificam o presente projeto.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2015.**

**GIL MARQUES FILHO**  
**Prefeito**